



Por Que as Nações Fracassam: As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza

Daron Acemoglu e James Robinson

Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. (401 páginas)

ISBN 978-85-352-3857-0

O badalado best-seller da lista do *New York Times* – figurou entre os trinta mais vendidos de não-ficção por cerca de um mês – reúne, segundo os próprios autores Daron Acemoglu e James Robinson, os frutos de quinze anos de pesquisas a fim de demonstrar a sua tese acerca do fracasso econômico das nações.

Esta tese pode-se ver resumida no seguinte parágrafo de *Por Que as Nações Fracassam: As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza*:

DEFENDEMOS QUE, para compreender as desigualdades do mundo, é preciso entender por que algumas sociedades são organizadas de maneiras muito ineficazes e socialmente indesejáveis. [...] A maioria dos economistas e autoridades concentra-se em “acertar”, quando o que é de fato necessário é uma explicação de onde os países pobres estão “errando”. E erram basicamente não por uma questão de ignorância ou cultura. Como pretendemos mostrar, os países pobres são pobres porque os detentores do poder fazem escolhas que geram pobreza (p. 53).

A grande questão a que se tentará responder será, portanto, a seguinte: será que os autores foram bem-sucedidos em comprovar sua tese estatocêntrica?

O livro inicia-se com uma breve suposta refutação das teses que não se coadunam com aquela apresentada pelos autores. Iniciam pelo descarte da teoria dos fatores geográficos, difundida amplamente pelo menos desde Montesquieu (1689-1755). Aniquilam tal teoria a partir do exemplo das antigas economias

imperiais Inca, Asteca e Maia, bem como com os exemplos hodiernos de Botsuana, Cingapura e Malásia.

Quanto à hipótese cultural, afirma-se que sua importância é reduzida relativamente à capacidade de colaboração das pessoas ou à confiança que mantêm entre si, as quais, segundo sua tese, “constituem basicamente um resultado das instituições” (p. 45). O principal exemplo que lhes suporta a tese é o das cidades de Nogales (ambas permeadas pela cultura latina), que se encontram no Arizona e no México, respectivamente, sendo a primeira três vezes mais rica (em renda *per capita*) que a segunda.

Parece um argumento inconclusivo. É fácil argumentar que as instituições têm um papel decisivo se comparadas à cultura em se tratando de uma pequena cidade engolfada pela malha institucional de uma potência econômica de extensão territorial tão considerável quanto é a dos Estados Unidos. Sequer se considera, contudo, proceder a uma comparação entre a cidade de Nogales, no Arizona, e outras do mesmo país onde predominaram outras matrizes culturais.

Instituições são compostas por pessoas, e pessoas são obedientes a hábitos, os quais, por sua vez, acumulam uma sabedoria tácita e muitas vezes de teleologia parcial ou completamente desconhecida, passada, por tradição entre gerações. Tudo isto constitui, ao fim e ao cabo, como resultado de diversas interações humanas, uma parcela não desprezível daquilo que se conhece por cultura.

Deste modo, os autores chegam até próximo realmente de acreditar a hipótese cul-

tural, admitindo que talvez o fenômeno do desenvolvimento estivesse ligado “a ‘culturas nacionais’ específicas. Quem sabe a cultura inglesa [...]” (p. 48). Dele abrem mão, porém, sob a afirmação completamente descabida de que Serra Leoa e Nigéria, assim como Canadá, Estados Unidos e Austrália, também eram grandes colônias inglesas (p. 49).

Avançemos ainda mais, sem passar pela hipótese da ignorância (a terceira), pois sabemos que ela é mais rara na política do que a simples má-fé.

A meu ver é no capítulo seguinte (4) que repousa um dos grandes erros de teoria dos autores. Ao mesclar política e economia nas mesmas categorias, eles parecem dar uma amostra de perda de exatidão epistemológica. Empregar os termos ‘extrativista’ e ‘inclusiva’ tanto para as instituições políticas quanto para as econômicas de um país não parece racional. Em primeiro lugar, porque a ‘inclusivo’ não se opõe ‘extrativista’, mas sim ‘exclusivo’; a essa segunda categoria se oporia – e perdoem-me rudeza no domínio da ciência econômica –, igualmente, não uma economia ‘inclusiva’, mas antes uma ‘transformadora’. Posso até estar sendo ingênuo, e pode ser que realmente uma economia ‘transformadora’ permita, pelo seu ganho de produtividade, uma maior inclusão de pessoas no mercado, a longo prazo. Mas não sem primeiro gerar exclusão, como os próprios autores demonstram, ao mencionar o caso da invenção da máquina de tear por William Lee (1563-1614), em 1589 (p. 143-44).

É justamente esse tipo de relação causal formal que os autores pretendem ter visto ocorrer entre instituições políticas e econômicas que, a meu ver, não encontra fundamento na história. Afinal, como afirmou Ralf Dahrendorf (1929-2009), comentando a curiosa instabilidade da democracia Alemã, em meio a um crescimento econômico pujante, ao lado de uma Inglaterra em período de recessão, mas de estabilidade institucional: “Indubitavelmente ajuda se as instituições democráticas e o bem-estar econômico florescem juntos, mas, novamente, não há nenhuma relação necessária entre

os dois e, acima de tudo, nenhum método simples para garantir a existência de ambos”¹.

Outra característica notável ao longo dessa obra é o uso canhestro de certas categorias da ciência política, como se os rios de tinta que correm a respeito de seu emprego fossem apenas sinal de um apego fetichista dos cientistas políticos a termos herméticos, os quais, ao fim e ao cabo, designariam apenas a simples diferença entre regimes ‘inclusivos’ e ‘extrativistas’. Assim, Daron Acemoglu e James Robinson recorrem a ‘absolutismo’ a uma só vez para descrever os regimes da Coreia do Norte e da América Espanhola Colonial (p. 63), de igual modo, mais à frente (p. 74), valem-se do termo totalitário para classificar o Império Romano e o regime Maia.

Assim, continuam ao longo de todo o livro, de maneira constrangedora, a reduzir o papel da cultura na formação das instituições, afirmando que as diferenças institucionais eram muito pequenas entre o Ocidente e o Oriente Europeu na Idade Média, quando se sabe que a diferença entre uma cidade e outra, um burgo e outro, depois de 900 anos de fim do Império Romano não poderia ser senão gigantesca. Como afirmou Alexis de Tocqueville (1805-1859), em 1835: “Não existe uma nação europeia, pequena que seja, que não apresente um aspecto menos homogêneo, nas suas diferentes partes, do que o povo americano, cujo território é tão grande quanto metade da Europa”².

Neste sentido, igualmente, postergam para o século XIV o fator fundamental do crescimento econômico da Inglaterra. Mas será mesmo lícito afirmar que a diferença institucional entre a Inglaterra e a Europa Oriental, ou mesmo a Ocidental era pequena até o advento da Peste Negra?

¹ DAHRENDORF, Ralf. **Reflexões sobre a Revolução na Europa**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 112.

² TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. Prefácio de Antônio Paim. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. p. 131.

Igualmente, chamar a centralização promovida por Henrique VIII (1491-1547) de pilar das instituições inclusivas e, mais ainda, de contribuição para o pluralismo excede todos os limites da ignorância e passa a configurar, já, charlatanismo (p. 146). É o mesmo que afirmar que o ataque do Japão a Pearl Harbor contribuiu indiretamente para a vitória dos aliados na II Guerra, e, igualmente, Adolf Hitler (1889-1945) e Josef Mengele (1911-1979) para o avanço dos Direitos Humanos na Europa.

É essa utilização de termos abstratos e desencarnados que vai de encontro às próprias raízes que tornaram possíveis o desenvolvimento econômico e político que fizeram da Inglaterra e de suas colônias potências mundiais no período entre o século XVII e XX.

Considerar termos como pluralismo e centralização sem nenhuma modulação é esquecer que a centralização política não sobrevive senão com muito esforço, a uma falta de unidade cultural e moral entre os cidadãos. De outro lado, é fácil observar que nada disso teria ocorrido sem a herança da usurpada Igreja. A Inglaterra jamais se teria tornado um país inclusivo às expensas da Igreja se esta já não fosse por sua natureza e doutrina uma instituição inclusiva.

Igualmente, nada disso jamais se haveria realizado na Inglaterra se a teoria a sustentar suas instituições políticas não se houvesse mantido próxima ao aristotelismo – fato já demonstrado pela doutrina do jurista Henry de Bracton (1210-1268), conforme exposta no seu *De legibus et consuetudinibus Angliae*, no século XIII –, ao passo que a Europa Central se afundava nas teorias racionalistas – em grande parte por influência do estoicismo – dos juristas da Escola de Bolonha, fundada em 1088 e que, desde pelo menos Frederico II (1194-1250), já impelia a Europa Central na direção de um centralismo.

Pretender haver compreendido um evento histórico ao mesmo tempo em que se dá o luxo de ignorar o que o precedeu nos

novecentos anos anteriores é de uma presumptuosidade atroz.

O que há, então, para se compreender, nos novecentos anos que medeiam o fim do Império Romano e o surto de Peste Negra e, por que, afinal, não são pequenas as diferenças culturais e institucionais entre a Inglaterra e o resto da Europa? Me arrisco a apresentar uma hipótese, que se resume na seguinte sentença: *Muito antes de sequer sonhar em exportar manufaturas, as Ilhas Britânicas exportavam santos.*

E não apenas santos, mas cultura. Para compreender o papel das Ilhas Britânicas no desenvolvimento econômico da Europa, é necessário de antemão compreender seu papel espiritual no reerguimento desse continente, após o fim do Império Romano.

Como apontou o historiador galês Christopher Dawson (1889-1973) em *A Formação da Europa*:

O reaparecimento duma nova cultura anglo-saxónica no século VII é talvez o acontecimento mais importante surgido entre a época de Justiniano (483-565) e a de Carlos Magno (742-814), porque exerceu uma influência profunda no desenvolvimento intelectual de todo o continente³.

Essa importância está significada pelo papel que essa cultura desempenhou no engendramento do fenômeno medieval conhecido como o Renascimento Carolíngio.

Tal cultura, não é demais recordar, foi desenvolvida sobretudo nos mosteiros. O fato de que “a cultura cristã e monástica conheceu na Inglaterra uma independência e uma autonomia que *nunca* conseguiu atingir no continente”⁴ parece merecer maior consideração na medida em que diferencia a Inglaterra dos demais países da Europa. “Nos territórios francos”, continua Dawson,

a realeza conservou sempre um pouco do prestígio do antigo Estado e exerceu [...]

³ DAWSON, Christopher. *A Formação da Europa*. Tradução de João Dias Pereira. Braga (Portugal): Livraria Cruz, 1956. p. 227.

⁴ Idem. *Ibidem*, p. 230.

uma fiscalização extensíssima sobre a Igreja. Na Inglaterra, a Igreja incarnara a herança total da cultura romana, ao lado de débeis e bárbaros estados de organização tribal. Foi a Igreja, mais que o Estado, que preparou a unidade nacional, pela sua organização coletiva, pelos seus sínodos anuais, pelas suas tradições administrativas⁵.

Semelhantemente afirma Dahrendorf: “[...] na Inglaterra, os governantes absolutistas nunca prevaleceram sobre os barões e outras fontes de poder local na mesma extensão em que isso ocorreu na Europa continental”⁶.

Poder-se-ia quicá aventar que o sucesso da Inglaterra se deveu a ter iniciado o movimento de unificação “do espírito de iniciativa germânico e do espírito de ordem romana que está na origem do desenvolvimento de toda a cultura medieval”⁷ e que, acrescento, o continente jamais conseguiu reproduzir de maneira tão orgânica, tendendo via de regra a um mecanicismo institucional mais ou menos centralizador, com menor participação da sociedade civil.

Ademais da Inglaterra, são apresentados ainda outros exemplos cuja pretensão é ilustrar a teoria institucionalista. Dentre eles são apresentados as duas Coréias, Botsuana e Cingapura.

Em relação aos dois primeiros, não creio que seja possível afirmar que o papel da religião tenha sido tão diminuto. É certo que no caso da Coréia do Norte, foram efetivamente as instituições que precipitaram o país no caos econômico em que ora se encontra, mas, para além das instituições formais, considerar seriamente o papel da religião cristã no desenvolvimento da Coréia do Sul é tarefa à qual, diante de dados como os do *Pew Research Center*⁸, não se pode furtar um

⁵ Idem. *Ibidem*, p. 230-231.

⁶ DAHRENDORF. *Reflexões sobre a Revolução na Europa*. p. 137.

⁷ DAWSON. *A Formação da Europa*. p. 234.

⁸ Ver: <<http://www.pewresearch.org/facttank/2014/08/12/6-facts-about-christianity-in-south-korea/>> (acessado em 26 dez. 2014).

estudioso sério que pretenda ter refutado em cinco páginas a importância da cultura para o desenvolvimento econômico – ainda mais quando o faz mencionando o fato de Nigéria e Serra Leoa ao lado de Estados Unidos e Canadá terem sido colônias inglesas; como se o vocábulo ‘colônia’ não se prestasse a inumeráveis equívocos e analogias mais ou menos impróprias. Quanto a Botsuana, a influência da religião é mencionada pelos próprios Daron Acemoglu e James Robinson, implicitamente, ao relatarem a ação evangelizadora de David Livingstone (1813-1873), que converteu o rei dos *kwená* ao cristianismo; o fato de a primeira língua africana a expressar o texto a Bíblia ter sido o *setswana*; e a ação da London Missionary Society no apoio à missão de liberdade dos chefe *tswana* na Inglaterra, a fim de buscar proteção inglesa contra as pretensões de Cecil Rhodes⁹ (1853-1902) (p. 313-14).

O único caso em que parece realmente não se verificar qualquer influência da religião cristã na cultura, concomitante ou previamente à liberação econômica, parece ser o caso de Cingapura. Mas afirmar que eventualmente instituições podem ser as principais responsáveis por uma decolagem econômica não corresponde à asserção de que o protagonismo de tais transformações lhes seja sempre, ou mesmo na maioria das vezes, reservado. Afinal, como afirmou Ralf Dahrendorf:

Construir instituições, e ainda mais uma sociedade civil, é uma ideia profundamente difícil. [...] Edmund Burke (1729-1797) [...] gostava do conceito de sociedade civil. Mas embora afirmasse que a ‘sociedade civil deve ser construída para vantagem dos homens’, ele apenas acreditava parcialmente na palavra ‘construída’ nessa frase. ‘A sociedade é de fato um contrato’, escreveu, mas a parceria criada por esse contrato ‘não pode ser obtida em muitas gerações; ela se torna uma parceria não só entre os que vivem, mas entre os que vivem, os que

⁹ ACEMOGLU; ROBINSON. *Por Que as Nações Fracassam*.

estão mortos e os que ainda vão nascer' e ela é também 'uma cláusula no contrato primeiro da sociedade eterna'¹⁰.

Assim, fala o político anglo-alemão em três processos paralelos na estrada para a liberdade: a hora dos juristas, que formulam a constituição; a hora dos políticos, que

decidem reformas políticas nos primeiros momentos de crises, para adaptar a ideia à realidade, e, por fim, o momento do cidadão, arrematando ao final: "A hora do advogado e a hora do político pouco significam sem a hora do cidadão"¹¹. Por que as nações fracassam parece desprezar exatamente o valor dessa última asserção. ∞

¹⁰ DAHRENDORF. *Reflexões sobre a Revolução na Europa*. p. 133-34.

¹¹ Idem. *Ibidem*, p. 132.

Marcos Paulo Fernandes de Araujo

Editor assistente do periódico *Communio: Revista Internacional de Teologia e Cultura*
Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Doutorando em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
marcos.fernandes@ufrgs.br